

Educação entre Pares e Juventudes LGBTQIA+: por uma práxis pedagógica na prevenção ao HIV

Education between peers and the LGBTQIA+ youth: for a pedagogical práxis in the HIV prevention

Walter Ude¹

Julio Andrade²

Maria Cristina Abreu Domingos³

Emilly Prado do Valle⁴

Jô Arllen⁵

Anselmo Cosenza Júnior⁶

Resumo

Este artigo apresenta uma discussão acerca da contribuição da Educação entre Pares no processo de prevenção ao HIV, desenvolvido pelo Projeto 15 19, junto a adolescentes que se identificam como gays, mulheres trans, travestis e homens que fazem sexo com homens (HSH), por meio do uso do medicamento retroviral PrEP. No levantamento bibliográfico levantado foram encontrados os conceitos de Educação de Pares e Educação pelos Pares, os quais são problematizados no artigo por não propiciarem uma perspectiva participativa e crítica, baseada em relações horizontais defendidas pela pedagogia libertadora. Os referenciais teórico-conceituais adotados pelos textos analisados demonstraram pouca solidez epistemológica e político-pedagógica, além de escassez bibliográfica. Frente a isso, se propõe princípios da pedagogia libertadora e da educação social como perspectivas epistemológicas e políticas para o fortalecimento dessa prática educativa tão relevante para o campo da educação e da saúde coletiva.

Palavras-chave: Educação entre Pares, HIV, Pedagogia Libertadora, Educação Social, PrEP.

¹ Doutor, pós-doutorado UFF e UFJF, Professor Associado da UFMG, membro do Curso de pós-graduação em EJA – PROMESTRE/UFMG, Professor de pós-graduação Da Faculdade FACETEN, Coordenador do componente educativo do Projeto PrEP 15 19, na Faculdade de Medicina – UFMG. walterudebh@hotmail.com

² Psicólogo, Mestre em Promoção da Saúde – Fac. Medicina/UFMG, pesquisador do Projeto Horizonte – UFMG, pesquisador do Projeto PrEP 15 19/UFMG. julionorkub@gmail.com

³ Assistente Social, Mestre em Gestão Social – UNA, Especialista em Educação Inclusiva, Conselheira do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, e pesquisadora do Projeto PrEP 15 19 – UFMG. crisabreis@hotmail.com

⁴ Estudante de Ciências Sociais da PUC-MG, Militante da Rede de Jovens das Pessoas Vivendo e Convivendo com HIV/Aids – BH, Educadora Par do Projeto 15 19 – UFMG. emillyvalle@gmail.com

⁵ Membro da Academia Transliterária de Belo Horizonte, Produtora Cultural, e Educadora Par. preprojeto@gmail.com

⁶ Estudante de Ciências Solciais da PUC-MG, Educador Par.

Abstract:

This article presents a discussion about the contribution of the Project 15 19's "Education between peers in the HIV prevention", in supporting youngsters who identify themselves as gays, trans genders and men who have sex with men through the utilization of the retroviral PrEP medication. In the bibliography of this subject, it was found the concepts of Education between peers and Education by peers, which we critically reflected about them in the article considering that they did not offer a participative and thoughtful perspective, according to the non-hierarchical guidelines proposed by Paulo Freire's libertarian pedagogy. The theories adopted by the bibliography we analysed shown an inconsistent political-pedagogical epistemology, besides scarce scholarly research. For this reason, we propose the guidelines of Paulo Freire's libertarian pedagogy and social education as epistemological and political perspectives to strengthen this educational practice that is so relevant for the education and social health fields.

Keywords: Education between peers, HIV, Libertarian Pedagogy, Social Education.

Introdução

O Projeto 15 19 está sendo desenvolvido em três capitais brasileiras (Salvador, São Paulo, e Belo Horizonte), com financiamento da OMS, e agenciado pela Unitaïd, nas Faculdades de Medicina de três universidades públicas (UFBA, USP, e UFMG), sendo que adotou como estratégia teórico-metodológica a Educação de Pares, termo eleito no projeto original, para o desenvolvimento da prevenção ao HIV, por meio da utilização do medicamento PrEP – Profilaxia Pré-Exposição, associado a outros métodos protetivos, como o uso de preservativo, gel, testagem, e outras alternativas, junto às populações de jovens e adolescentes que se identificam como gays, travestis, mulheres trans, bissexuais, e homens que fazem sexo com outros homens (HSH). Entretanto, mesmo que a ideia original do projeto tenha partido da concepção de *Educação de Pares*, pretendemos, neste artigo, discutir e problematizar quanto aos seus referenciais teórico-metodológicos e político-pedagógicos, e, frente a isso, defenderemos o conceito de *Educação entre Pares*. Além desses dois termos, nos propusemos a questionar também a ideia de *Educação pelos Pares*, no próximo item do artigo, pois apresenta alguns problemas na sua concepção. Contudo, no decorrer do texto utilizaremos os termos encontrados, tal como foram citados na literatura pesquisada, e, posteriormente, apresentaremos nossa visão acerca dessas ideias.

A proposta de estudo do projeto PrEP 15 19 foi constituída através de procedimentos metodológicos que foram estabelecidos por meio de seis componentes que foram adotados como marcadores para a efetivação das suas metas e objetivos, conforme a seguir: (1) pesquisa formativa; (2) estratégias de captação e vinculação às estratégias de prevenção combinada desenvolvidas no projeto; (3) estratégia de prevenção combinada para adolescentes com risco acrescido que não escolhem a PrEP; (4) avaliação do uso do autoteste para HIV; (5) estudo demonstrativo da efetividade da PrEP; e (6) estudo da estimação da incidência de HIV a partir de dados de prevalência.

Em termos teórico-conceituais, a revisão bibliográfica realizada demonstrou que esse campo de conhecimento ainda apresenta pouca solidez nas suas construções teóricas, apresentando uma perspectiva pragmatista que foi consolidada para atender distintas epidemias, oriundas das aceleradas mudanças do mundo moderno e pós-moderno, destacadamente após o período de globalização da economia e o processo neoliberal de expansão do capitalismo atual. Além disso, revelou escassez na publicação de livros, artigos, e pesquisas referentes ao tema, apontando a necessidade de aprofundamento no suporte conceitual das suas estratégias político-pedagógicas, considerando a relevância dessa prática profissional para o campo da educação e da saúde coletiva. Frente a isso, propomos alguns princípios da pedagogia libertadora, adotando o conceito de práxis, do pensamento freireano, como alternativa crítica para uma prática transformadora, e problematizamos alguns conceitos, remetendo a discussão para o campo da educação social.

Breve Histórico acerca da Educação entre Pares

Na pesquisa bibliográfica que realizamos acerca do tema, ficou evidente que a produção teórica acerca do assunto mostrou-se escassa e pouca aprofundada nos textos analisados. Além disso, foram encontrados guias de orientação para oficinas voltadas para jovens e adolescentes, praticadas com o apoio de pares, geralmente produzidos e supervisionados, no Brasil, pelo Ministério da Educação e Ministério da Saúde, principalmente durante os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff. As temáticas dos guias abordam assuntos distintos como aids/HIV, uso e abuso de substâncias psicoativas, sexualidade, saúde reprodutiva, ISTs, saúde sexual, diversidade de gênero, e raça/etnia. Contudo, nos demais referenciais bibliográficos verificados, também foram mencionadas estratégias metodológicas desenvolvidas no trabalho educativo junto às pessoas com deficiência, obesidade infantil, como também na melhoria da qualidade de vida da população idosa, saúde materno-infantil, promoção de atividades físicas, e enfrentamento da violência.

Apesar dos textos e guias focarem em temas relacionados à saúde e aos Direitos Humanos, a origem dessa prática se deu nas escolas inglesas do século XIX, através da tutoria dos alunos mais velhos que eram treinados a ensinar e monitorar os alunos mais novos, conforme pesquisa bibliográfica realizada por Dias (2006). Essa prática também tinha um fim econômico, já que o trabalho de um tutor par era menos dispendioso do que de um professor tutor. Ainda de acordo com essa autora portuguesa, na década de 1950, nos Estados Unidos, esse modelo foi retomado nas escolas e universidades e, até hoje, se observa esse tipo de recurso pedagógico nessas instituições. Esse personagem também fora denominado monitor, por algumas instituições, representando um termo que denota um caráter panóptico de vigília das aprendizagens prescritas por um modelo transmissivo de educação. Dentro dessa perspectiva, um estudo baseado em levantamento bibliográfico, desenvolvido por Aguiar (2015), cita que, na década de 1950, os programas de educação pelos pares foram realizados em diferentes países (EUA, Austrália, Canadá, Europa), principalmente em projetos voltados para jovens, na área da saúde. No entanto, com a expansão do consumo de substâncias psicoativas nas universidades e nas escolas estadunidenses, na década de 1960, a utilização dessa estratégia se tornou comum nesses territórios. Nos anos de 1970, o modelo se estendeu para estudantes com problemas emocionais e de socialização.

Seguindo essa linha histórica, Silva (2015) aponta que, na década de 1980, houve uma ampliação desse modelo para ações no âmbito do uso e do abuso de substâncias psicoativas, principalmente na Europa e nos EUA, considerando o aumento da dependência química e o contexto juvenil da época, pois se tornou um problema de saúde pública, como também ressalta Dias (2006). Entretanto, na década de 90, com a disseminação do HIV, se evidenciou como uma alternativa pedagógica relevante no processo de comunicação e educação, além das estratégias de

informação (CARVALHO, PINHEIRO, 2018). Nesse período, no Brasil, muda-se o enfoque em educação e saúde baseado na responsabilização individual e na de ideia de grupo de risco, para vulnerabilidade e condições de vida dos sujeitos, através de um olhar mais contextualizado do fenômeno, sendo que essas mudanças foram referendadas pelas Conferências e Cartas de Promoção da Saúde (KOPTKE, 2017).

Nas últimas décadas, as rápidas transformações provocadas pelo processo de globalização, têm gerado diversas alterações epidemiológicas, comportamentais e sociais, exigindo respostas rápidas, eficazes e sustentáveis no âmbito da saúde (CARVALHO, PINHEIRO, 2018). Nesse sentido, segundo revisão bibliográfica realizada por Silva (2015), a Educação pelos Pares tornou-se uma estratégia pós-moderna para mudanças de comportamentos, muitas vezes, de modo artificial sem enfrentar a complexidade do problema. Essas mudanças foram aceleradas pelas novas tecnologias a serviço do projeto neoliberal de expansão do capitalismo, o qual enfatiza o mercado como regulador das relações sociais, por meio da consolidação de um Estado mínimo para as políticas de saúde, educação e assistência social, e maior para as forças repressivas. Essa volatilidade se configurou num fator que fragilizou, mais ainda, a constituição de vínculos coletivos e de solidariedade, devido à liquidez gerada pelo hiperconsumismo e pelo hiperindividualismo, associados à competição mercadológica, em busca de uma felicidade que se dissolve de forma momentânea, por ser depositária de um produto descartável, que faz parte dos artifícios dessa modernidade fluida (BAUMAN, 2001).

Nesse contexto, a privatização dos serviços de saúde engendrou um verdadeiro genocídio contra as populações pauperizadas, pretas e periféricas, as quais se tornaram desamparadas diante da precarização das políticas de saúde no governo atual, como no caso do Brasil, como o ataque permanente que se observa ao Sistema Único de Saúde – SUS, contrapondo ao seu eixo principal na defesa do acesso universal às políticas públicas de saúde. Por outro lado, a fragilização das instituições públicas de educação, vem retirando o direito de inserção à escolarização para a camada oprimida da sociedade, como mecanismo desenvolvido pela elite para impedir o acesso da população a uma consciência crítica e ao desenvolvimento de conhecimentos que contribuam para sua qualificação profissional.

O processo de globalização, associado aos mecanismos de aceleração desencadeados pela amplificação do mercado, valendo-se dos recursos tecnológicos virtuais atuais, também produziu a dilatação de diversos problemas sociais, ambientais e epidemiológicos, em vários aspectos, como citado acima, provocando a produção de estratégias pedagógicas para o enfrentamento de um quadro que tem se tornado, cada vez mais, assustador para a garantia da sobrevivência da espécie humana. A Educação de Pares se colocou como uma dessas iniciativas emergentes para o confronto junto a distintas adversidades que caracterizam o cenário global, como aids/HIV, violência, racismo, dependência de substâncias psicoativas, saúde reprodutiva, saúde sexual, atenção aos idosos, dentre outras. Nesse ponto, como ressalta Dias (2006), a ação dos educadores pares se tornou, muitas vezes, uma resposta imediata a essas situações sem desenvolver um arcabouço teórico-metodológico sólido para a compreensão dos fenômenos antropossociais, econômicos e ambientais que configuram a complexidade das temáticas emergentes nas últimas décadas.

O pragmatismo dessas práticas educativas acabou produzindo uma leitura superficial do contexto mais amplo, embora Koptke (2017) aponte que, no Brasil, nos governos anteriores, tentou-se romper com paradigmas individualizantes, e também estigmatizantes, como a ideia de grupo de risco. Aliás, o pensamento pragmático surgiu no mesmo período histórico que emergiu a figura do educador de pares nas escolas inglesas. Essa visão defende que, dentre outros pressupostos, o importante é o fim de uma prática, o seu resultado final, independentemente dos meios que se utiliza para atingi-lo. Curiosamente, um dos fundadores dessa corrente filosófica, o estadunidense William James, foi um dos inauguradores da psicologia comportamentalista, a qual se fundamenta no empirismo, e propõe a ideia de um ambiente controlado que produz respostas prescritas conforme

os estímulos do ambiente no qual o indivíduo atua (REY, 2003, 2012). Essa mesma psicologia é citada como uma das bases teóricas da prática dos educadores de pares, principalmente nos EUA e na Europa, representando um problema epistemológico que pretendemos debater nos próximos itens desse trabalho.

Quanto à concepção teórico-conceitual: algumas reflexões críticas diante de distintas abordagens relativas ao tema

Quanto ao termo Educação de Pares, como citado acima, foram encontradas outras terminologias como Educação pelos pares, e Educação entre pares. Segundo as autoras Carvalho e Pinheiro (2018), a proliferação dessa prática educativa, na década de 90, gerou nomenclaturas diferentes, de origem inglesa, como “peer educator”, “peer trainer”, “peer counselor”, “peer tutor”, “peer leader”, “peer supporter”. Essa diversidade de nomenclaturas se constituiu pelo contexto histórico-cultural de cada demanda, e pela própria ressignificação de cada atuação profissional frente a públicos distintos. Contudo, no Projeto PrEP 15 19, desenvolvido pela UFMG, na cidade de Belo Horizonte, optamos pelo termo Educação entre Pares, já que indica troca, intercâmbio e dialogicidade no contexto de uma relação composta por sujeitos e dimensões histórico-culturais diferenciadas. Nesse sentido, também adotamos o conceito de educador par⁷, ao invés de educador de pares.

No que se refere à ideia de Educação de Pares, o uso da preposição *de* indica subordinação, dentre outros sentidos, a qual produz uma configuração recursiva, ou seja, tanto o educador pode subordinar o educando como o educando pode submeter o educador, pois se tornam coprodutores de um mesmo fenômeno. Nesse aspecto, produz uma hierarquia entre os envolvidos, num movimento no qual alguém pode se posicionar de forma superior ao outro, sem trocas horizontais de um modo crítico e dialógico. No entanto, quando se adota *um olhar entre*, a escuta se transforma numa disponibilidade para o outro, no sentido de ouvir críticas, saberes, e histórias de vida, que se tornarão pontos de indagação produtores de novas possibilidades reflexivas para o educando e para o educador. Trata-se de uma escuta sem julgamentos e moralismos, mas com uma postura crítica. “Escutar, no sentido aqui discutido, significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro”, como ressalta Paiva (2015), inspirada em Paulo Freire.

O modelo hierárquico também remete para a ideia de empoderamento, oriunda do termo inglês *empowerment*, sendo muito citado por alguns textos sobre o tema como uma atribuição do educador par, ao dar poder a alguém para decidir sobre determinadas questões, porém de forma punitiva por um suposto saber superior. Essa ideia transmissiva de poder subentende que alguém tem um poder que está acima do subordinado, e que deve ser repassado ou autorizado, contrariando a ideia de uma educação libertadora, dialógica e compartilhada em relações horizontais. O conceito de empoderamento contraria a prática de uma participação ativa e tensa de dois sujeitos que buscam produzir a compreensão de situações vividas no cotidiano partilhado entre educadores e educandos, pois negligencia posições distintas e visões contraditórias no convívio com a diversidade. Nesse aspecto, Silva (2015), em revisão bibliográfica sobre o assunto, apresenta críticas relativas ao termo, pois geralmente é pouco definido, sendo utilizado de forma acrítica, e de maneira pragmática.

Do mesmo modo, quanto ao termo par, Silva (2015) levanta que o termo aparece como trabalho de aconselhamento, tutoria, e modelação de pares, sem definir muito bem o significado de ser par. Na

⁷ Quanto à referência de gênero, defendemos o uso de educadors, bem como todes, todxs, ou tods, dentre outras representações que contemplem a diversidade de gênero. No entanto, a nossa ortografia ainda não incluiu esses significados na sua escrita.

maioria das vezes, se utiliza a idade como referência, como no caso das ações desenvolvidas junto às juventudes, mas nem sempre esse argumento se justifica, pois o envolvimento com uma causa comum pode evidenciar um vínculo que não se reduz à mesma faixa etária, mas a aspectos políticos, histórias de vida, formação profissional, dentre outras variáveis. Além disso, a autora revela que as avaliações mostram que nem sempre o par é o melhor referencial, pois há necessidade de incluir outros profissionais para garantir credibilidade à informação e ao acolhimento dos participantes de um projeto. No que se refere a crenças e valores, a pesquisadora também ressalta que a prática entre pares não pode adotar uma postura dogmática na convivência com a diversidade, pois anula qualquer possibilidade dialógica para a reconstrução de uma perspectiva de vida. De todo modo, pondera que temas mais sensíveis geralmente são tratados entre amigos, devido à intimidade, à confiança e à identificação.

Outro problema teórico-conceitual, encontrado na maioria dos textos analisados, se refere à dicotomia apresentada entre educação formal e educação não formal ou informal (CARVALHO, PINHEIRO, 2018; AGUIAR, 2015; KOPKTE, 2017, SILVA, 2015), já que produz uma hierarquia entre um suposto saber formal, entendido como superior, por ser de origem racionalista e acadêmica, representante da ordem e da disciplina, o qual segue os pressupostos dos modelos teóricos ocidentais eurocêntricos coloniais; em contraposição aos saberes populares, às epistemologias de matriz indígena e afrodiáspórica, e às práticas dos educadores sociais, vistos como informais, inferiores, e marginais. No entanto, trata-se de um olhar ilusório, pois nenhum saber se estabelece apenas por uma lógica linear e previsível, como se o mundo fosse estático; já que a vida se movimenta num processo dinâmico, relativamente estável, em que os acasos e a imprevisibilidade sempre provocam a recriação do parcialmente construído, pelo próprio inacabamento do conhecimento produzido (MORIN, 1996). Frente a essa dicotomização de origem colonial, faz-se necessário produzir um giro decolonial que valorize os saberes tradicionais, das nossas matrizes, bem como das práticas educativas fundadas no Hemisfério Sul, tal como as propostas de Paulo Freire, Enrique Dussel, e Orlando Fals Borda (MOTA NETO, 2016), dentre outros autores latino-americanos comprometidos com os povos oprimidos, que buscaram romper com a lógica opressora gerada pelo eurocentrismo. Curiosamente, só encontramos um livro de origem portuguesa, intitulado Educação pelos Pares, produzido por Dias (2006), que cita Paulo Freire como um dos marcos dessa prática educativa entre pares. Isso mostra o nível acentuado de preconceito que, ainda, se verifica em relação aos intelectuais que ficam abaixo da linha do Equador.

Dentro dessa mesma perspectiva ocidentalocêntrica, na revisão bibliográfica realizada, também se identificou o termo supervisão que, na mesma direção, se acrescenta ao olhar hierárquico apresentado acima. Ou seja, a ideia de um técnico-especialista que ilusoriamente domina todo o conhecimento de uma área específica do conhecimento e que, por sua vez, prescreve todas as intervenções a serem efetivadas pelos subordinados, como foi verificado no trabalho de Silva (2015). Esse conceito é relativamente comum nas narrativas dos projetos sociais, e revela um posicionamento epistemológico e político de uma suposta supremacia acadêmica em relação aos demais saberes, ignorando o conhecimento, as experiências, e as práticas dos educadores populares. Em contraposição a essa visão, defendemos o conceito de intervisão, que coaduna com práticas fundamentadas na educação libertadora, levantada nos parágrafos anteriores, ao se efetivar pela participação coletiva de forma horizontal e problematizadora. Nesse aspecto, num trabalho realizado por um grupo que desenvolveu uma ação educativa na região metropolitana de Belo Horizonte, envolvendo educadores sociais e profissionais de saúde, no atendimento a pessoas que apresentavam dependência de substâncias psicoativas, devido a distintos fatores histórico-culturais, adotou-se a perspectiva de que:

A intenção foi subsidiada pelos conhecimentos pré-existentes dos participantes, produzindo novos conhecimentos mediante a inter-relação entre pessoas, saberes, afetos e vínculos. Definiu-se o *inter* com a ideia de interdisciplinaridade, interações, troca de saberes na horizontalidade. A intervisão aconteceu de forma transversal

ao aprofundamento teórico, construindo propostas mediante a realidade vivida pelos profissionais, associando as teorias existentes às práticas de redes. Diferentemente das aulas teóricas, a intervenção foi desenvolvida em pequenos grupos com o objetivo de permitir a participação efetiva dos atores. (ALMEIDA et al., 2017, p. 109).

Quanto à ideia de Educação pelos Pares, também problematizamos essa concepção, tendo em vista que o processo educativo não perpassa apenas pelos pares, sem considerar a rede social mais ampla, numa perspectiva da intervenção, defendida acima. Embora os educadores pares sejam responsáveis pela mediação das ações educativas, essas práticas não se efetivam sem o suporte e a participação de outros profissionais, coletivos, e setores das políticas públicas e sociais, em nível municipal, estadual e federal. Essa observação é importante porque não fragmenta a atribuição do educador par, pois articula seu trabalho na interseção com outras dimensões importantes para o fortalecimento da sua prática educativa e dos atores envolvidos no processo. A nossa preocupação é de não guetificar esse território pedagógico, isolando-o de outras lutas e saberes que são convergentes e fronteiriços para as transformações necessárias para se alcançar uma educação libertadora.

Seguindo essa lógica alternativa e de resistência aos modelos ocidentocêntricos, também defendemos que a Educação entre Pares está situada no campo da Educação Social, e que, devido a isso, no caso brasileiro, se encontra alicerçada nos pressupostos da educação libertadora, dentre outros marcos epistemológicos do Hemisfério Sul, a qual apresenta como um dos seus pilares fundamentais a ideia de que o verdadeiro conhecimento nasce da prática e é libertador (PAIVA, 2015). Entretanto, nos poucos textos encontrados sobre o assunto, só encontramos uma autora (AGUIAR, 2015), de origem portuguesa, que afirma que a Educação de Pares, termo utilizado por ela, é uma forma de Educação Social. Essa delimitação é importante porque, no Brasil, vem se constituindo um movimento epistemológico e político de consolidação dessa prática social e educativa, desde o início da década de 1980, que emergiu no trabalho educativo com crianças e adolescentes em situação de rua, no período da ditadura civil/militar, e que, paulatinamente vem provocando o surgimento de cursos de pós-graduação em distintas universidades brasileiras, no campo da educação social (GRACIANI, 2014; SILVA, SOUZA NETO, MOURA, 2009).

Partindo para as teorias que dão suporte às práticas da Educação entre Pares, em diferentes países, encontramos diversas teorias relacionadas aos campos da psicologia, da sociologia, da antropologia, e da pedagogia, as quais serão citadas nesse parágrafo, como ilustração de um mosaico teórico-conceitual que necessita ser mais discutido, pois nos causou estranhamento ao observar a tentativa de articular pressupostos de matriz positivista, com perspectivas dialéticas e libertadoras, nas ações educativas desses profissionais, sem critérios críticos, como indaga Silva (2015). Contudo, não iremos discutir cada marco teórico-conceitual devido aos limites que comportam a explanação do tema nesse pequeno artigo, mas iremos mencionar os inúmeros referenciais encontrados com o intuito de marcar a complexidade desse aspecto epistemológico que necessita ser mais aprofundado em estudos posteriores. Sendo assim, foram encontradas as seguintes teorias e técnicas: Teoria da Aprendizagem Social, Teoria do Comportamento Planejado, Teoria da Inoculação Social, Teoria da Associação Diferencial, Teoria das Subculturas, Teoria da Comunicação Inovação, Teoria da Ação Racional, Teoria da Difusão da Inovação, Modelo das Crenças de Saúde, Modelo das Fases de Mudança, Teoria da Educação Participativa, Pesquisa-ação, Interacionismo Simbólico, Etnografia, Construtivismo (SILVA, 2015; DIAS, 2006; KOPTKE, 2017; AGUIAR, 2015; CARVALHO, PINHEIRO, 2018).

Como se nota, boa parte do arcabouço teórico adotado por essa prática educativa é fundamentada nos pressupostos do pensamento positivista, sendo principalmente calcada nas técnicas da psicologia comportamentalista, nos convocando para um debate crítico acerca dessas premissas, já que adota um paradigma prescritivo de estímulos e respostas programadas que negligenciam o contexto histórico-cultural constitutivo da subjetividade do sujeito, na sua capacidade de produzir

significados e sentidos singulares (REY, 2003,2012). Embora que, nos autores mencionados, outras matrizes apresentaram um caráter mais participativo e etnográfico, e apenas uma autora portuguesa citou Paulo Freire, mas sem um aprofundamento necessário acerca das concepções epistemológicas e políticas da Pedagogia Libertadora, no âmbito da Educação entre Pares. Diante disso, no próximo tópico, partimos para algumas características do Educador Par, incluindo a práxis pedagógica do Projeto PrEP 15 19, em Belo Horizonte.

Algumas características do Educador Par: aspectos teórico-metodológicos e estratégicos da práxis do Projeto 15 19

Na bibliografia mencionada acima, algumas características foram mencionadas como constitutivas da identidade do educador par, como a identificação com o público e suas lutas políticas, demonstrar capacidade de escuta ativa, convivência em grupo, sem produzir relações hierárquicas, e empatia. Além disso, representar uma referência credível e de confiança, bem como ter postura de militância em momentos nos quais os direitos foram violentados, e possuir informações acerca das redes de proteção. Em termos éticos, apresentar capacidade de escuta e percepção, sem julgamentos e moralismos, frente a novas linguagens e estilos de ser.

Diante disso, foram convidados Educadores Pares pertencentes ao pluriverso Gay, HSH, Mulheres Trans, e Travestis, de preferência jovens, já que apresentam aspectos identitários próximos à população pesquisada. Atualmente, contamos com sete educadores/as, sendo que metade é composta por estudantes universitários, e a outra metade é constituída por participantes com Ensino Médio, completo ou parcial, militantes de movimentos sociais da juventude periférica e dos direitos políticos da população LGBTQIA+, com experiência nas diversas situações vivenciadas pelo público pesquisado, sendo que duas educadoras trans são atendidas pelo projeto PrEP 15 19, fazendo uso da PrEP. Em termos raciais, a maioria das educadoras são pretas, e tem uma menina cis preta entre elas. Além disso, é relevante ressaltar a presença de uma educadora mulher trans adulta, com ampla prática educativa entre populações de rua, no campo da política de redução de danos de pessoas dependentes de substâncias psicoativas, e junto a trabalhadoras do sexo, prioritariamente mulheres trans e travestis. Entretanto, na nossa práxis, a diferença etária dessa educadora não compromete a construção de um vínculo significativo entre as demais educadoras, bem como do público alvo do projeto. Pelo contrário, devido à sua trajetória vida e presença educativa, representa uma referência de credibilidade e confiança para os participantes.

Essas diferenças entre a escolarização das educadoras não têm representado um empecilho nas atividades do grupo quando se discute a produção de materiais educativos, abordagens nos espaços de sociabilidade e socialização, bem como nas reflexões desenvolvidas durante as reuniões semanais de avaliação. A construção de um clima pautado em relações horizontais de respeito aos conhecimentos apresentados a partir da subjetividade de cada participante, produz relações dialógicas de complementariedade e contradições necessárias para o aprofundamento das questões discutidas nas reuniões pedagógicas. Quanto ao diário de campo, constitui um instrumento fundamental para os registros das observações nos territórios pesquisados, tanto nas experiências em contextos de lazer, entretenimento, eventos culturais e políticos, como também nos espaços/tempos institucionais, como escolas, projetos culturais, coletivos juvenis, e projetos de encaminhamento ao trabalho. Entretanto, o registro escrito das anotações de campo, nem sempre é uma tarefa fácil para os educadores, devido a distintos fatores, como a posse de um computador para a execução dessa tarefa, a disciplina necessária para a organização e sistematização do conhecimento produzido, e o exercício de uma aprendizagem permeada pelo confronto entre o saber acadêmico e o saber de suas práticas e vivências cotidianas. Todavia, essas tensões são vistas por nós como parte do processo formativo da Educação entre Pares, pois os conflitos são

considerados como momentos pedagógicos de crescimento para a constituição da identidade do educador.

Dentro dessa perspectiva, como nossa prática pedagógica está fundamentada no princípio freireano da práxis educativa – ação/reflexão/ação -, os diálogos são construídos dentro da proposta de uma educação desinibidora, defendida por Paulo Freire, não utilizando da repetição imposta por modelos transmissivos do ensino escolar tradicional, "pois estimula a criação por parte do educando e a formação de sua consciência crítica, questionadora, capaz de transformar a sociedade em que vive" (VASCONCELOS; BRITO, 2006, p.86). Nesse aspecto, o diário de campo representa um instrumento primordial na constituição da práxis freireana, pois possibilita construir reflexões a partir dos registros oriundos das observações dos educadores, os quais são compartilhados entre os participantes da pesquisa. Essa metodologia é também nomeada como diário reflexivo ou diário de registros que, guardadas algumas distinções, se apoiam no princípio da ação/reflexão/ação (FREITAS; MACHADO; SOUZA, 2017).

Nesse aspecto, o diálogo com os demais profissionais da equipe psicossocial, e da área biomédica, também propicia movimentos recursivos de transformações mútuas entre os participantes do projeto, sendo que a coordenação direta dos educadores pares é composta por um professor da Faculdade de Educação - UFMG, com especialidade em educação social; uma assistente social, com mestrado em gestão social; e um psicólogo, com mestrado em promoção da saúde. Essa convivência direta entre os educadores pares e os acadêmicos propicia uma configuração dialógica de aprendizagem mútua, num movimento em que todos se educam simultaneamente. Contudo, é relevante ressaltar que esses profissionais realizam mediações no acompanhamento das atividades, nas análises, na avaliação, na construção de estratégias e alternativas durante as ações educativas, bem como na abordagem do público-alvo nos trabalhos de campo. Além disso, promovem discussões e orientações quando o grupo se defronta com situações que envolvem políticas públicas, relacionamento familiar, escolarização, trabalho, assistência social, sistema de defesa e proteção dos direitos sociais.

Outra dimensão apresentada na nossa prática social de educação entre pares refere-se ao campo da arte-educação, tendo em vista a formação de cinco educadoras do projeto, já que se formaram no Centro Interescolar de Cultura, Arte, Linguagens e Tecnologias (Cicalt) – Núcleo Valores de Minas, vinculado ao PLUGMINAS – Centro de Formação e Experimentação Digital, mantido pelo Estado de Minas Gerais, no qual são oferecidos cursos técnicos gratuitos em cinco áreas artísticas distintas: Artes Visuais, Artes Circenses, Dança, Música e Teatro. Trata-se de uma área extremamente relevante na interlocução com as culturas juvenis, pois utiliza de distintos recursos expressivos que possibilitam a manifestação de diferentes territórios identitários, no encontro entre cultura, educação e política. Não nos cabe aqui aprofundar a importância desse conteúdo formativo, devido aos limites desse artigo, mas representa um campo educativo que necessita ser mais discutido para consolidar a qualificação dos educadores pares. Sabemos que a relação entre arte e educação, no Brasil, desde os Jesuítas, perpassando pela República, e a inserção na sociedade industrial capitalista, principalmente durante o período desenvolvimentista, posterior ao ciclo de pós-guerra, da década de 1940, e atualmente, com o projeto neoliberal neocapitalista, sempre foi uma área forjada por um caráter disciplinar, mercadológico e tecnicista necessário à lógica mercantil e competitiva do sistema capitalista.

No entanto, o movimento dos arte-educadores, desde a década de 1970, fundamentados numa perspectiva da Pedagogia Libertadora, sempre enfrentaram esse modelo tecnicista de forma crítica, respaldados por distintos movimentos sociais (BACARIN, 2005). A experiência do Núcleo Valores de Minas, por exemplo, representa uma prática de resistência ao modelo escolarizado tradicional, ao incorporar linguagens expressivas do campo artístico por meio de rodas de conversa, e práticas pedagógicas que respeitam as culturas juvenis. Nesse sentido, em termos de expressão teatral, adotamos a metodologia do Teatro do Oprimido, criada por Augusto Boal, num dos encontros realizados com os participantes do projeto, a qual apresenta um diálogo estreito com a Educação

Libertadora proposta por Paulo Freire (VIANA, 2011). Na ocasião, utilizamos o Teatro Fórum, uma das técnicas propostas por esse recurso metodológico, para discutir situações de opressão vividas pela população de mulheres trans e travestis, sendo que os expectadores foram convidados a participar das cenas e das reflexões acerca das circunstâncias opressivas observadas na dramatização. A situação propiciou uma experiência relevante para todos os envolvidos devido à identificação com cenas cotidianas que eram marcadas por ações de violência que tocavam a subjetividade dos atores e dos observadores. Diante dessas breves observações apresentadas nos últimos parágrafos, fica evidenciado a necessidade de articular arte-educação e educação entre pares, tendo em vista a fronteira existente entre esses dois campos pedagógicos.

Diante dessas ponderações, brevemente esboçadas neste artigo, fica notório que formar Educadores/pesquisadores não representa um propósito fácil de ser atingido, já que constitui uma atividade que exige certo rigor na organização das informações e no exercício crítico permanente acerca das suas práticas e crenças. A sistematização das experiências e das reflexões, advindas desse processo formativo, se transforma em conhecimento contextualizado e transformador das práticas cotidianas. Como salienta Jacyara Silva de Paiva (2015, p.117):

Ação e reflexão são palavras que pulsam em toda a obra de Paulo Freire. O saber reflexivo da ação, o fazer para Freire sem a reflexão torna-se meramente mecânico, repetitivo e sem sentido. O contexto teórico para Freire é inseparável do contexto prático, nesse contexto acrescentaria hoje a necessidade de ação-reflexão-sistematização para que possamos (com)partilhar, dizer a palavra ao outro, falar do que temos feito e refletido.

Considerações Finais

A educação entre pares representa uma prática relevante para o processo de conscientização de populações que enfrentam situações de vulnerabilidade social e condições opressivas, no trabalho educativo de prevenção e proteção à saúde, como também na luta em defesa dos seus direitos sociais. A presença de um educador que pertence ao grupo ou que possui uma trajetória de vida que se articula às experiências da população dos educandos, produz processos de identificação, empatia, confiança e credibilidade, que facilitam a abordagem de temas que dificilmente seriam revelados a pessoas estranhas ou profissionais de instituições de educação e saúde.

O projeto PrEP 15 19 adotou essa metodologia como estratégia de prevenção e conscientização frente à infecção pelo HIV junto a populações de adolescentes e jovens que se identificam como gays, mulheres trans e travestis, bissexuais, e homens que fazem sexo com homens (HSH), para avaliar a efetividade desse medicamento, e, concomitantemente, desenvolver ações que transformem essa iniciativa em política pública para essa população. No entanto, o exame da bibliografia encontrada sobre educação entre pares revelou a necessidade de maior aprofundamento dessa proposta pedagógica, já que em termos teórico-conceituais apresentou pouca solidez, e sua publicação se mostrou escassa na literatura levantada, com necessidade de maior produção nesse campo de conhecimento. Além disso, as perspectivas teóricas analisadas mostraram que, na sua grande maioria, se fundamentam em perspectivas pragmatistas e positivistas para o enfrentamento de diferentes epidemias, sem se preocupar com o caráter crítico e político necessário para a transformação dessa realidade.

Referências Bibliográficas

- AGUIAR, Ana Sofia de Almeida. **A educação de pares como forma de aproximação humana a situações de toxicodependência**: a experiência da etnografia numa instituição de redução de riscos. Portugal: Universidade do Porto, 2015. (Dissertação de Mestrado)
- ALMEIDA, Simone Costa de et al. Intervisão: um caminho para o fortalecimento da rede no cuidado com usuários e famílias. In: BRITO, Cristiane Myriam Drumond de et al. (orgs.). **Entrelaçando Redes**: reflexões sobre atenção a usuários de álcool, crack e outras drogas. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2017.
- BACARIN, Lígia Maria Bueno Pereira. **O movimento de arte-educação e o ensino de arte no Brasil**: história e política. Maringá-PR: EU, 2005. (Dissertação de Mestrado em Educação).
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CARVALHO, Cristiane Pereira de, PINHEIRO, Maria do Rosário Moura. **De igual para igual**: A Educação pelos Pares como estratégia educativa, transformativa e emancipatória. Volta Redonda – RJ, Revista Unifoa, v.13, n.38, 2018.
- DIAS, Sonia Ferreira. **Educação pelos Pares**: uma estratégia na promoção da saúde. Portugal: Universidade Nova de Lisboa, 2006.
- FREITAS, Ana Lúcia Souza de; MACHADO, Maria Elisabete; SOUZA, Michele Silveira de. O Diário de Registrsros como instrumento de (trans)formação docente. Carreiros-RS: **Ambiente & Educação**. Revista de Educação Ambiental, n.22, FURG, 2017.
- GÊNEROS – **Adolescentes e Jovens para a Educação Entre Pares**: Saúde e Prevenção nas Escolas. Brasília: Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde, 2010.
- GRACIANI, Maria Stela Santos. **Pedagogia Social**. São Paulo: Cortez, 2014.
- KOPTKE, Luciana Sepúlveda et al. Reflexões sobre o uso de material para educação entre pares no Programa Saúde na Escola. Revista **Comunicação em Ciências da Saúde**. Brasília: MEC, 2017.
- MOTA NETO, João Colares. **Por uma pedagogia decolonial na América Latina**: reflexões em torno do pensamento de Paulo Freire e Orlando Fals Borda. Curitiba-PR: Editora CRV, 2016.
- METODOLOGIA - **Educação entre Pares**. Brasília: MEC, 2010.
- MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.
- PAIVA, Jacyara Silva de. **Caminhos do Educador Social no Brasil**. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2015.
- REY, Fernando. **Epistemologia cualitativa y subjetividad**. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 1997.
- _____, Fernando. **Sujeito e Subjetividade**. São Paulo: Thomson, 2003.
- _____, Fernando. **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade**. São Paulo: Learning, 2012.
- SILVA, Mara. **A Educação pelos pares**: Críticas a uma estratégia de intervenção social. Portugal: Universidade do Minho, Série 2, N.1, 2015.
- SILVA, Roberto da; SOUZA NETO, João Clemente; MOURA, Rogério (Org.). **Pedagogia Social**. São Paulo: FAPESP, Editora Arte e Expressão, 2009.
- UDE, Walter et al. (orgs.) **Escola, Violência e Redes Sociais**. Belo Horizonte: FaE, 2009.

VIANA, Waldimir Rodrigues. **Teatro do Oprimido** – implicações metodológicas para a educação de adultos. Belo Horizonte: FaE/UFMG, 2011. (Dissertação de Mestrado em Educação).

Recebido em: 30/05/2020

Aceito em: 30/07/2020